

A participação da sociedade local no processo de estadualização da Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL)

Fabiana Sinhoratti¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o processo de estadualização da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), com ênfase ao campus de Francisco Beltrão – PR, que incorporou a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL). A atenção que daremos a esse campus se justifica pelo fato de que o processo de estadualização foi diferente do que ocorreu nos demais campus da Unioeste; pois observamos que em Francisco Beltrão ocorreu uma maior participação da sociedade local na luta pela estadualização. A metodologia que utilizamos para a realização deste artigo consiste na análise de alguns estudos já realizados sobre essa temática, mas também buscamos relatos a partir de entrevistas de alguns participantes no movimento pela estadualização; além de termos realizado uma intensa busca pelos principais registros da imprensa da época, especialmente através de jornais publicados no Sudoeste do Paraná. Trata-se de um artigo que analisa a luta da sociedade local (professores, acadêmicos, políticos etc.) pelo acesso ao ensino superior em Universidade pública.

Palavras-chave: Ensino superior; Sociedade local; Representação política.

The participation of local society in the process of migration to the state government of the Francisco Beltrão Faculty of Human Sciences Foundation

Abstract: This article aims to analyze the process of stateization of the State University of Western Paraná (UNIOESTE), with emphasis on the Francisco Beltrão – PR campus, which incorporated the Francisco Beltrão Faculty of Human Sciences Foundation (FACIBEL). The attention that we will give to this campus is justified by the fact that the stateization process was different from what happened in the other Unioeste campuses; as we observed that in Francisco Beltrão there was a greater participation of the local society in the struggle for state ownership. The methodology we used to carry out this article consists of the analysis of some studies already carried out on this theme, but we also sought reports from interviews with some participants in the movement for statehood; in addition to having carried out an intense search for the main press records of the time, especially through newspapers published in the Southwest of Paraná. This article analyzes the struggle of local society (teachers, academics, politicians, etc.) for access to higher education in public universities.

Keywords: Higher education; Local society; Political representation

Introdução

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, é organizada em multicampi, sendo distribuída em cinco campi, localizados nos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Marechal Cândido Rondon e Toledo, além da Reitoria e do Hospital Universitário, também localizados na cidade de Cascavel.

O reconhecimento, como Universidade, ocorreu por meio da Portaria Ministerial n° 1784-A, publicada em 23 de dezembro de 1994, amparada pelo Parecer do Conselho Estadual de

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão. Bacharel em História. Bacharel em Geografia. Especialista em Gestão político-pedagógica escolar. Professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná. Técnica Pedagógica no Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão/PR. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7217-9759> Email: fabisinhoratti@hotmail.com

Educação nº 137/34. Esse parecer aponta as funções básicas da Unioeste, em que podemos verificar que ele: “Trata das funções da universidade, seu papel no ensino-pesquisa-extensão, a organização didático-acadêmica e os projetos nas suas áreas de atuação.” (PARANÁ, 1994, p. 3).

Antes desse processo de reconhecimento da referida Universidade as instituições eram credenciadas como faculdades municipais, sendo que em Cascavel estava instalada a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), instituição que foi criada em 1972. Em Foz do Iguaçu existia a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu (FACISA), fundada em agosto de 1979. Em Marechal Cândido Rondon existia a Faculdade de Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon (FACIMAR), criada em 1980. Em Toledo, a Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busatto FACITOL), fundada no ano de 1980. Por fim, em Francisco Beltrão existia a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL), a qual foi criada em 1974.

No entanto, paulatinamente essas instituições foram sendo estadualizadas. Na Fecivel, de Cascavel, ainda em 1982 foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação um projeto para transformar a Fundação Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel em uma Universidade Municipal de Cascavel, o qual recebeu um parecer favorável, o de nº. 191/82. O pedido de reconhecimento para se tornar Universidade foi então encaminhado para o Ministério da Educação e Cultura, porém o reconhecimento (tão esperado) não ocorreu nessa época devido à política adotada pelo Governo Federal. Foi então que surgiu a ideia de reunir as faculdades dos municípios de Foz do Iguaçu, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Cascavel para formar uma única universidade que viesse atender à crescente demanda regional.

A partir dessa mobilização o governo federal recebeu do então governador do Paraná, José Richa, a informação de que seria criada uma Universidade Estadual paranaense, caso o projeto não fosse aprovado na esfera federal. Mas, como o pedido de federalização da universidade não obteve sucesso em 1987, por meio do Decreto Estadual nº 399/87, institucionalizou-se a Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná (Funioeste). Posteriormente, já no governo de Roberto Requião, através do Decreto de Lei Estadual nº 9.896 (de 8 de fevereiro de 1992), transformou-se essa Fundação em Autarquia, dando origem à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Porém, somente em dezembro de 1994 se efetivaria o reconhecimento dessa universidade, mesmo ano em que foi anunciado um projeto de expansão, tanto da sua estrutura física como de seus cursos. Dando continuidade ao projeto de expansão, em 1998 a Unioeste passou a contar com mais um campus, o de Francisco Beltrão no Sudoeste do paranaense. A partir do ano de 2000 o Hospital Universitário do Oeste do Paraná também passou a integrar a estrutura da Unioeste.

Neste artigo, analisaremos o processo histórico da estadualização da Unioeste, especialmente o caso da Facibel de Francisco Beltrão. A atenção dada a essa instituição, justifica-se pelo fato de que essa experiência demandou um envolvimento muito mais expressivo da sociedade local, tais como de empresários, da igreja católica, professores e acadêmicos.

A metodologia que utilizamos para a realização deste artigo, consiste em um levantamento bibliográfico sobre o referido tema e das notícias divulgadas nos jornais locais impressos na época, bem como realizamos entrevistas com alguns representantes dos grupos organizados no processo de estadualização que ainda atuam no município de Francisco Beltrão – PR².

A luta pela criação de uma Universidade pública no Oeste paranaense

Em seu livro *A Natureza do Espaço*, Milton Santos nos diz que cada lugar é, à sua maneira, o mundo, sendo ao mesmo tempo um objeto fruto da ação global, mas também da ação local, portanto que em seu entendimento o global e o local conviveriam dialeticamente (SANTOS, 1996).

Ao analisarmos o processo de incorporação das diversas faculdades municipais do Oeste e Sudoeste paranaense – inclusive da antiga Facibel à Unioeste –, verificamos a existência dessas relações contraditórias apontadas por M. Santos; isto é, que os objetivos das sociedades locais tiveram que conviver dialeticamente com os interesses globais, especialmente com os ideais influentes sobre o governo paranaense da época.

O desenvolvimento do Ensino Superior no Paraná é resultado de alguns movimentos políticos e sociais que ocorreram em algumas regiões deste Estado. De acordo com Luporini (2008), até a década de 1960 a hegemonia política estadual era exercida por dois grupos específicos que comandavam o chamado “Paraná Velho ou Tradicional”, sendo que um deles representava o interesse dos grandes proprietários de terras (o grupo político mais antigo), enquanto que o outro representava a burguesia industrial-comercial, baseada principalmente na erva-mate e na madeira.

O grupo da burguesia industrial-comercial começou a se destacar no cenário econômico paranaense desde os tempos da Província, porém sua participação política só se intensificou a partir da Proclamação da República (final do século XIX). Esse grupo se manteria à frente da política do Estado, principalmente na região dos Campos Gerais. No entanto, a partir dos anos 1960 o cenário político paranaense começou a mudar, especialmente devido à participação do

² As entrevistas passaram pela aprovação do comitê de ética da Unioeste, campus de Francisco Beltrão – PR (CAAE: 61605422.9.0000.0107), submetido em: 04/09/2022.

governo de Paulo Pimentel (1966-71), que por ser oriundo do norte do Estado fortaleceu a participação política de sua região, mas enfraqueceu a do grupo dos Campos Gerais. Paulo Pimentel iniciou seu mandato durante o governo militar (Castelo Branco), inclusive se apoiando na ideologia do “desenvolvimento integrado”, buscando implantar uma infraestrutura básica de transportes, energia elétrica, telecomunicação, além de focar na diversificação agrícola e na industrialização do Paraná. Então, questões sociais, como a educação, saúde, habitação e saneamento também estavam presentes nas pautas de seu governo (LUPORINI, 2008).

De acordo com esta autora, apesar do governo Pimentel reconhecer a importância dos recursos humanos (da qualificação profissional etc.) para implantar seu projeto desenvolvimentista no Estado, ele não deu prioridade ao Ensino Superior. No entanto, apesar da falta de investimentos públicos, Horta apud Luporini (2008) afirma que no período 1962-1972 o Ensino Superior teve uma ascensão significativa no Paraná, crescendo 86%. Em seu entendimento, isso ocorreu devido ao processo de “interiorização do ensino” e à introdução da cobrança de mensalidades nas universidades públicas, que passaram a se organizar sob a forma universitária.

Sheen (1986), entende que podemos compreender o processo de interiorização do ensino superior no Paraná em três fases. Primeira fase: ocorrida entre os anos de 1950 e 1960, em que ocorreu a criação de estabelecimentos de Ensino Superior isolados. Segunda fase: quando no final dos anos de 1960 foram criadas três universidades estaduais: a de Ponta Grossa, a de Londrina e a de Maringá, integrando a política educacional definida pela Lei nº 5540/68 (Lei da Reforma Universitária). Por fim, na terceira fase, a partir de meados dos anos de 1970, ocorreu uma expansão do ensino superior no Paraná, surgindo diversas instituições municipais. Um exemplo de instituição que surgiu nesse período é da própria Unioeste, que só se efetivaria a partir do final dos anos 1990, integrando várias faculdades municipais que surgiram nas décadas de 1970 e 1980, como destacaremos adiante.

A história da criação da Unioeste, segundo Balbinotti e Kuiava (2007), caracteriza-se pela atuação da comunidade local que se uniu para reivindicar, junto aos governos estadual e federal, uma universidade de qualidade para o Oeste paranaense. No seu entendimento, o principal objetivo da criação dessa universidade era alavancar o crescimento econômico, buscando a integração regional, ligando o interior do Estado aos grandes centros, pois até então as famílias que tinham melhores condições financeiras tinham que levar seus filhos para estudar na capital paranaense, o que causava descontentamento, especialmente devido ao alto custo com os estudos. Então, partindo dessa demanda regional, vários segmentos sociais se engajaram na luta pela universidade. Entre eles, podemos citar algumas cooperativas, sindicatos, a igreja católica, associações empresariais, entre outras.

Além disso, Orso (2011) entende que o Ensino Superior nessas regiões do Paraná está diretamente ligado ao seu contexto histórico, de colonização e desenvolvimento. Tratavam-se de regiões que se caracterizavam por rápidas transformações, porém com a ausência de um bom nível de escolaridade, o que gerava insegurança no trabalho e dificultava a ascensão social. Na década de 1970 os centros urbanos mais desenvolvidos da região oeste paranaense, eram Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu. Houve a necessidade de ampliar as condições e os níveis de escolaridade, no intuito de dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento, na esperança de que o Ensino Superior local evitasse que os jovens tivessem que se deslocar para outras regiões (até mesmo para outros Estados) para estudar.

Segundo Balbinotti e Kuiava (2007), foi assim que em abril de 1985 realizou-se, na cidade de Guaraniaçu – PR, uma reunião organizada pela Associação Educacional do Oeste (ASSOESTE) e pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) com o objetivo de fortalecer a integração regional. Nessa ocasião se decidiu solicitar, junto aos governos, a concretização da universidade para o Oeste paranaense.

Para que esse objetivo fosse atingido, o primeiro passo foi pressionar o governo estadual. Sendo assim, em maio de 1986 foi entregue ao então governador, José Richa, uma carta que reivindicava a estadualização das faculdades locais. A estadualização tinha sido um compromisso firmado pelo governador e isso ocorreria por meio de um convênio consolidado junto aos prefeitos das quatro cidades do Oeste onde funcionava o Ensino Superior municipalizado. O convênio previa a doação de terrenos, caso o governo federal não as federalizasse, conforme o objetivo inicial.

Conforme Balbinotti e Kuiava (2007), o governador José Richa, no momento da assinatura do convênio com as prefeituras, ressaltou que estadualizaria todas as faculdades municipais da região Oeste. Desde 1984 já se discutia a construção de uma universidade regional e multicampi, porém a federalização não aconteceu, mesmo com vários movimentos que lutavam por esse processo. Aliás, mesmo com as promessas do governo Richa a estadualização só viria mais tarde, durante o governo de Roberto Requião.

De certa forma, podemos resumir o processo de estadualização da Unioeste da seguinte maneira: primeiramente se constituiu a união de quatro municípios: Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Marechal Cândido Rondon com suas respectivas instituições de Ensino Superior. A saber, Fecivel, Facitol, Facisa e a Facimar; e em seguida se criou a Fundação Federação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná (FUNIOESTE).

Porém, segundo Balbinotti e Kuiava (2007), há de se ressaltar que a estadualização não aconteceu de imediato, pois ia na contramão do momento histórico pelo qual o Estado passava,

devido à presença dos ideais neoliberais que se inseriram no Paraná, a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, especialmente durante o governo de Álvaro Dias (1987-1991). Ocorre que, a partir desse período, os investimentos em setores públicos foram intensamente reduzidos, com o discurso de se “enxugar o Estado”, então seria “desnecessário” a criação de novas universidades.

Para esses autores, na prática faltava ao governo estadual a vontade para criar uma nova universidade, então ele agia de várias maneiras tentando “atrapalhar” o processo. Por exemplo, o governo tentou impor um modelo de direção, sendo que a Universidade já possuía um Conselho Diretor eleito democraticamente, mas a proposta governamental previa um Conselho diferente, o qual seria composto por doze membros, dos quais apenas três nomes seriam apresentados pela universidade. Pela proposta do governo o próprio Diretor do Conselho seria indicado pelo governo estadual. Tal proposta causou descontentamento da comunidade universitária, pois se entendia que apesar da Universidade ser paga pelo erário estadual, não deveria ser um instrumento do Governo a serviço de seus próprios interesses.

Apesar desses empecilhos a Funioeste construiu um caminho de conquistas e firmou parcerias com vários estudiosos de diferentes universidades do Brasil, como da Universidade Nacional de Brasília (UNB) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP), procurando mostrar que a universidade não seria um gasto aos cofres públicos, mas sim uma produtora de conhecimentos (BALBINOTTI; KUIAVA, 2007).

Para agravar a situação, até o final da década de 1980, os Decretos Federais não permitiam o reconhecimento de novas universidades no país e no Paraná não existia uma legislação própria que norteasse o processo de reconhecimento até final de 1990. Além do aparente desinteresse por parte do governador Álvaro Dias para assumir uma nova universidade, por isso a demora nesse processo.

No entanto, apesar dessas dificuldades, em março de 1990 a Funioeste encaminhou seu projeto de universidade para o Conselho Estadual de Educação (CEE), através da Secretaria de Estado de Educação e Tecnologia (SEET). Porém, não obteve êxito, pois o CEE alegou que não haveria tempo hábil para o reconhecimento de novos cursos. Dessa forma, somente a partir de setembro de 1992 voltaria à tona a instituição de uma Comissão Especial para o reconhecimento da Funioeste junto ao CEE. Porém, tal ação também não logrou êxito, pois nesse momento o governo estava gastando energia com o movimento grevista dos professores de primeiro e segundo graus que reivindicam melhores condições de trabalho e salários (BALBINOTTI; KUIAVA, 2007).

De acordo com estes autores, as dificuldades da FUNIOESTE eram grandes, devido aos cortes de investimentos, até que se reuniu com o então secretário estadual da educação, Maurício Fruet, dirigentes de órgãos de pesquisas, dirigentes sindicais, reitores de universidades públicas, diretores-presidentes da Funioeste, o procurador geral do Estado, entre outros representantes, para dialogarem e negociarem os investimentos e salários. Desse encontro ficou acordado que o diálogo continuaria para que os avanços fossem ocorrendo nos vários segmentos que envolvia a instituição. Mas, enquanto a Funioeste continuava com o trabalho de divulgar o saber científico, surpreendentemente o então governador Roberto Requião, sem nenhuma divulgação ou consulta prévia, transformou, por meio da Lei 9663 de junho de 1991, as fundações universitárias em autarquias. Dessa forma, a Funioeste, para se transformar em UNIOESTE, se tornaria uma autarquia diretamente ligada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino (SETI); passando a depender exclusivamente dos investimentos públicos, sob responsabilidade do poder estatal.

Então, a partir de 1991 novos cursos foram autorizados para a Unioeste e no ano de 1992 venceu o primeiro mandato de sua direção, então foram lançadas as chapas que concorreriam na eleição para a nova diretoria, que ocuparia o cargo para os próximos quatro anos. Nessa eleição o professor Ernelo Schallenberger saiu vencedor, porém em uma atitude antidemocrática o governador Roberto Requião nomeou o candidato que tinha sido derrotado, Marcos Vinicius Pires de Souza, para ocupar o posto. Perante essa situação, o professor José Kuiava, que era Diretor-Presidente, se recusou a passar os documentos contábeis, depositando-os em juízo, e não se fazendo presente ao ato da posse.

Mesmo com esses conflitos entre a universidade e o governo paranaense a partir de 1993 a Unioeste obteve algumas conquistas. Por exemplo, em Cascavel foi construída a sede da Reitoria junto ao campus. Além disso, muitas mudanças indiretas aconteceram na região a partir do reconhecimento da Unioeste, ocorrendo o crescimento de algumas áreas, tais como a locação de imóveis, moradias, comércio do vestuário, alimentação, lazer, entre outras (BALBINOTTI; KUIAVA, 2007).

Depois de mais de uma década de lutas de segmentos sociais do Oeste paranaense, finalmente o reconhecimento estadual da Unioeste viria no ano de 1994, como mencionamos anteriormente, por meio do Parecer 137 de agosto de 1994, assinado pelo então governador em exercício Mário Pereira, porque o governador Requião estava afastado para concorrer uma vaga ao senado. Por outro lado, o reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC) como universidade regional multicampi só ocorreria em 23 de dezembro daquele ano.

A importância da sociedade local no processo de estadualização da Facibel de Francisco Beltrão

Ao analisarmos as particularidades da incorporação da Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL) à Unioeste, verificamos as possibilidades existentes em meio ao que Santos (2000) chamou de perversidade da globalização. Em outras palavras, constatamos que a organização da sociedade local fez frente ao modelo imposto pela globalização, o modelo neoliberal que influenciou o governo paranaense, especialmente a partir do final dos anos 1980 e durante a década seguinte.

Em relação ao campus de Francisco Beltrão, o reconhecimento como Universidade Estadual só aconteceria mais tarde. De acordo com Canterle (2011), o ensino superior em Francisco Beltrão também teve como base o modelo de fundação municipal, sendo organizado a partir da Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (FACIBEL), a qual foi criada por uma lei municipal, ainda no ano de 1974, e que posteriormente foi cessada ao tornar-se um campus da Unioeste.

Conforme essa autora, nas últimas décadas do século XX o Ensino Superior em geral passava por mudanças significativas, pois foi um momento em que as políticas externas foram influentes sobre esse setor, principalmente nos países ditos periféricos. Além disso, a Constituição de 1967 deu origem a leis provenientes de um período de regime autoritário, que priorizaram o ensino particular, alegando-se que o Estado não teria o suporte financeiro para bancar as instituições públicas de ensino superior.

Foi nesse cenário que surgiram as Fundações Educacionais Municipais, uma forma encontrada para atender a necessidade de expansão do ensino superior, porém diminuindo a responsabilidade do poder público. E foi a partir dessa experiência das Fundações Municipais que posteriormente nasceram no Paraná instituições como a Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Canterle (2011), entende que o surgimento do Ensino Superior na região Sudoeste paranaense está ligado à questão religiosa, que no caso da Facibel relacionou-se ao plano de pastoral da Mitra Diocesana da igreja católica de Palmas, através dos seus principais líderes religiosos. A preferência era instalar instituições nas cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco, por serem polos das microrregiões, como também em Palmas, que era o centro diocesano na região.

De acordo com esta autora, o estatuto da Faculdade de Palmas foi discutido pela Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP) – com a presença da maioria absoluta dos prefeitos e do então Bispo Dom Agostinho José Sartori – no dia 20 de agosto de 1971, no próprio salão nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas. A intenção era a expansão da oferta do Ensino Superior no Sudoeste do Paraná. Também se fizeram presentes no ato o professor Moacir Fantini, Diretor Superintendente do Ensino Superior do Paraná; o Monsenhor Eduardo Rodrigues Machado, membro do Conselho Estadual de Educação e Diretor da Faculdade de Palmas, bem como o Padre Narcício Zanatta, vigário de Palmas. O presidente da AMSOP, na época, era o prefeito de Francisco Beltrão, Deni Lineu Schwartz e esses líderes trataram questões que envolviam a criação da Universidade do Sudoeste, cuja sede deveria ser na cidade de Palmas, mas que gradativamente se ramificaria em diversas faculdades nos demais municípios da região. Porém, apesar da mobilização de vários setores da sociedade, o processo de reconhecimento se alongou até que em 24 de abril de 1972 a instituição seria reconhecida, por meio da Lei 5.440 e do Decreto-Lei 464. Foi a partir dessa legitimidade que a mantenedora teve condições legais plenas para pleitear a composição da Universidade do Sudoeste, como forma de desenvolvimento integrado na área do Ensino Superior. Então, os contatos com as diversas autoridades municipais da região, especialmente de Francisco Beltrão e Pato Branco, se intensificaram, inclusive contando também com o apoio das mobilizações de estudantes e órgãos de classe.

Conforme Canterle (2011), a partir dessa conquista inicial houve uma mobilização nos municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco para que ocorresse o levantamento de dados, traçando as características de cada situação, de modo que se pudesse definir quais cursos seriam implantados. A partir dessas ações para implantar o Ensino Superior nessas cidades a Prefeitura de Francisco Beltrão, com o apoio da AMSOP, disponibilizou funcionários e recursos para realizar a pesquisa socioeconômica na microrregião, processo semelhante ao que ocorreu em Pato Branco. Isso ocorreu por meio de três frentes de trabalho, uma em Palmas, outra em Pato Branco e em Francisco Beltrão; todas com o mesmo objetivo: levantar dados que evidenciassem as especificidades de cada local para fundamentar a implantação dos cursos.

Muitas pessoas tiveram que se dedicar para que a Facibel fosse implantada em Francisco Beltrão. No dia 19 de julho de 1972 o professor Aloízio Antoni e o senhor Gelindo Folador (advogado e representante da administração municipal) viajaram a São Paulo para negociar com a Direção do colégio Irmãs do Sagrado Coração de Jesus o aluguel do prédio onde funcionaria a futura Faculdade. Esse espaço situava-se junto ao Colégio Nossa Senhora da Glória de Francisco Beltrão. Em 28 de julho de 1972, Izidio Perondi, Alcides Vicini e Gelindo Folador viajaram a Ijuí,

Passo Fundo e Canoas, no Rio Grande do Sul. O deslocamento tinha o objetivo de buscar informações sobre os cursos de Economia Doméstica e Estudos Sociais, bem como encontrar professores habilitados para lecionar nessas áreas. Ocorre que naquela época o curso de Economia Doméstica era um tanto desconhecido na região, sendo então necessário buscar informações em outras instituições. A indicação desse curso foi sugerida pelo Frei Matias, que na época era diretor da Faculdade de Ijuí, durante uma reunião em que ele participou na Câmara Beltronense de Vereadores (CANTERLE, 2011).

Segundo Canterle (2011), apesar das pesquisas procurar levantar os cursos superiores que pudessem atender à demanda da região Sudoeste paranaense os organizadores desse processo esbarraram em alguns problemas, tais como na falta de profissionais capacitados, de condições materiais, como de instalações dos cursos (falta de bibliotecas especializadas, laboratórios, falta de recursos financeiros, entre outros). Além dessas dificuldades, os cursos de Economia Doméstica e Estudos Sociais não agradaram grande parte da população regional, por serem desconhecidos, inclusive passando a ideia de não serem relevantes. Mas, finalmente em 05 de março de 1976, depois de um caminho longo e burocrático a Facibel lançou a sua primeira aula inaugural, que foi proferida pelo então Bispo Diocesano de Palmas, Dom Agostinho José Sartori, com o tema: *O Papel da Universidade*. Esse foi o início de um projeto de Educação Superior, mas que abria um horizonte para a instalação da Universidade pública no Sudoeste paranaense.

Para a autora, a partir da construção de sua sede própria (ocorrida no ano de 1981), com um espaço de 1.700 m² e localizada no Bairro Vila Nova, foi possível priorizar o projeto de expansão da Facibel; permitindo que a partir de 1985 fosse criado dois novos cursos, Geografia e Ciências Econômicas. Junto à instalação desses cursos, iniciou a trajetória na pós-graduação *lato-sensu*. Porém, esse projeto demandaria uma nova ampliação do espaço físico, o que só ocorreria a partir de 30 de outubro de 1987 (durante o governo de Álvaro Dias), quando foi inaugurado uma nova sede, com 3.066 m². Essa conquista fez a comunidade local pensar em ampliar e qualificar o Ensino Superior na região, inclusive projetando a instalação de um ensino público e gratuito.

Canterle, destaca que no início da instalação do ensino superior houve participação efetiva de recursos financeiros do município, mas que com o tempo a questão orçamentária ficou restrita, dependendo da priorização do chefe do executivo municipal. Inclusive, a partir da promulgação da Constituição de 1988 o repasse de recursos municipais ficaria ainda mais comprometido, devido a responsabilidade que os municípios passaram a ter em priorizar o Ensino Fundamental.

Em relação às Fundações Municipais, em especial a Facibel, de acordo com a **Entrevistada A** – que trabalhou como professora por mais de 20 anos na Facibel – o processo de estadualização foi longo e lento, relatando com muita emoção a sua história nesta instituição. Ela se formou no

curso de Economia Doméstica no ano de 1980 e, no ano seguinte, foi convidada para lecionar nessa instituição, o que inclusive lhe permitiria ser atuante no processo de estadualização da Facibel que ocorreria somente na década de 1990. Conforme essa entrevistada, a luta foi grande, pois a Facibel recebia recursos do município, mas eram insuficientes para gerir a sua demanda. Relatou, inclusive, que os alunos recebiam uma espécie de carnê de mensalidade para contribuírem com a faculdade, mas como não era legitimado havia muitos atrasos, então a cada dia a situação ficava mais difícil, pois no início da década de 1980 os professores chegaram a ficar mais de 6 meses sem receber seus salários. Por exemplo, ela destaca que assumiu suas aulas em fevereiro de 1981, mas que receberia seu primeiro salário somente em agosto do mesmo ano. No seu entendimento, dificilmente se encontrava um professor que tivesse vínculo apenas com a Facibel, devido a insegurança com os salários (na época, ela mesma tinha outras funções na esfera estadual, também na área da educação).

O **Entrevistado B**, na época da estadualização era um dos líderes acadêmicos e na atualidade é empresário em Francisco Beltrão – relata que os próprios estudantes negociavam as mensalidades em atraso, inclusive chegando a ter que organizar até rifas para ajudar a pagar a faculdade.

Já o **Entrevistado C**, que na época também era acadêmico e atualmente exerce um cargo público estadual – discorre que a falta de recursos impossibilitava também a contratação de novos professores, fazendo com que muitas vezes eles ficassem sem aulas.

Por sua vez, o **Entrevistado D** que também era estudante e, ao mesmo tempo, exercia o cargo de presidente do diretório acadêmico, relata que a partir do momento em que os estudantes começaram a perceber que havia uma contradição: “*era a faculdade que recebia dinheiro público, mas que cobrava mensalidade...*”, muitos deixaram de contribuir com as mensalidades, o que agravou ainda mais a situação financeira da instituição.

A **Entrevistada A** lembra que muitos acadêmicos eram de outros municípios e que nos primeiros anos da Facibel (período em que ela também era acadêmica nos anos 1970) havia uma forma especial de atendimento dos acadêmicos, os quais eram divididos em dois grupos: o primeiro sendo constituído por acadêmicos residentes no município de Francisco Beltrão, que participavam das aulas nas segunda, na terça e na quarta-feira. O segundo grupo era constituído por acadêmicos residentes em outros municípios da região, os que frequentavam as aulas na quinta, na sexta-feira e no sábado. Segundo a entrevistada, essa forma de organização buscava reduzir as despesas dos acadêmicos, principalmente dos que moravam em outros municípios, já que eles não precisavam se deslocar diariamente.

Canterle (2011) menciona que o ano de 1986 se tornaria um marco para a luta pela universidade pública e gratuita no Sudoeste do Paraná. Isso porque as autoridades locais, bem como professores e educadores, engajadas no processo, buscaram apoio inclusive do então candidato ao governo do estado, o senador Álvaro Dias, que estava em campanha na região e que aliás seria eleito para governar o Paraná no período 1987-1990.

Tanto para a **Entrevistada A**, como para os **Entrevistados B, C e D**, a falta de representatividade política da região Sudoeste do Paraná foi um fator que dificultou o processo de estadualização da Facibel. Até existiam alguns representantes, porém eles não tinham muita força se comparado, por exemplo, com a região Oeste do Estado. No entendimento da entrevistada A, a maior representatividade política da região Oeste paranaense contribuiu fortemente para que a Universidade Pública, no caso a Unioeste, fosse instalada antes que no Sudoeste do estado.

Para o **Entrevistado D**, a falta de interesse político pela estadualização das faculdades se deve ao fato que a maioria dos políticos do Sudoeste não enxergavam uma possibilidade de avanço para a região e muito menos um retorno político para eles. No seu entendimento, isso ajudou a dificultar a reunião de forças da sociedade local em torno do movimento pró estadualização. Ele ressaltou que os professores e a comunidade acadêmica tinham o entendimento da sua importância, mas os outros setores da sociedade até apoiavam, mas não se engajavam para unir as forças necessárias. Inclusive, para esse entrevistado a sua maior frustração foi em relação a falta de apoio dos políticos da época. Ele destacou que o maior apoio veio dos políticos municipais, mas no seu entendimento o interesse era em uma forma de “*se livrar do problema*”, já que o município não estava mais dando conta da Facibel.

Segundo o **Entrevistado C**, o discurso do governo do estado, na época, era de que o Paraná tinha muitas universidades estaduais, ao contrário do que ocorria, por exemplo, com Minas Gerais e Rio Grande do Sul que possuíam Universidades Federais. Por essa ótica, estadualizar a Facibel aumentaria sua responsabilidade com o Ensino Superior, portanto, gerando novos gastos para o governo do Paraná.

Ou seja, verificamos a presença daquilo que Santos (2000) apontou sobre o poder da ideologia neoliberal embutida em tempos de globalização, na qual os gastos do Estado, inclusive com a educação pública, são colocados como “maléficos” à economia e à sociedade.

Verificamos que a partir de meados da década de 1980 a movimentação para a implantação do ensino superior público e gratuito no Sudoeste paranaense foi constante, porém só ganharia força a partir da década de 1990, quando se tentou criar uma universidade estadual regional. Nessa ação, foi instituída uma comissão que seria responsável por coordenar as atividades de planejamento, institucionalizada pelo Decreto Estadual nº 6664, de 29 de março de 1990. Em 17

de dezembro de 1990 foi sancionada pelo governador Álvaro Dias, bem como aprovada pela Assembleia Legislativa, a Lei Estadual nº 9484 que instituiu a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu (UNIVALE), com sede e foro provisórios instalados na cidade de Palmas – PR. A UNIVALE surgiu com o objetivo de realizar a formação dos profissionais e buscar possibilidades para solucionar problemas relacionados ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região. Porém, o fato de a sede estar localizada em Palmas causou um certo desconforto em outras cidades do Sudoeste paranaense (CANTERLE, 2011).

Segundo a autora, a partir dessa situação, aquelas universidades que ainda não tinham sido reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação (que era o caso da Unioeste), passaram a ser representadas junto ao Conselho de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (CODINES), ação institucionalizada pelo Decreto nº 1487, de 23 de julho de 1992, publicado no Diário Oficial Nº 3811, de 23/07/92.

Alguns dos ex-professores e alunos egressos da Facibel que entrevistamos, nos relataram sobre a importância dos debates sobre a UNIVALE. Segundo o **Entrevistado B**, na condição de representante dos acadêmicos, ele sempre se fez presente nos debates sobre a possibilidade de criar uma Universidade na região Sudoeste paranaense, o que fez surgir um movimento regional que envolvia os municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, União da Vitória e Palmas. Mas, ele percebeu que para muitos dos participantes havia um interesse maior que a própria criação da Universidade, que seria decidir em qual cidade ficaria a sede/reitoria da futura instituição. O entrevistado cita um acontecimento ocorrido durante uma reunião na cidade de Pato Branco, quando o então prefeito daquele município comunicou que estava retirando a candidatura da sua cidade como sede do projeto UNIVALE. Justificou que havia “acertado” a federalização de uma instituição já instalada no município, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET/PR), que de fato mais tarde se tornaria a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Inclusive, esse entrevistado relata que naquele momento, pensou: *“acabou o sonho de uma Universidade”, e o desânimo dos participantes foi geral, demorando tempo para recuperarem o fôlego para retomar a luta*”.

De acordo com esse entrevistado, Pato Branco tinha forte representação política em nível Federal, especialmente por parte do senhor Alcení Guerra, que na época era Ministro da Saúde. Mas, a mudança do governo municipal de Francisco Beltrão, com a entrada de Guiomar Jesus Lopes (que seria eleito pelo PMDB para os mandatos de 1983-1988 e 1997-2000) fortaleceria o movimento, dando um novo fôlego para a luta pela estadualização da Facibel.

Segundo Canterle (2011), o primeiro repasse financeiro à Facibel somente ocorreria no ano de 1994, quando o então governador em exercício, Mário Pereira (já que o governador Requião

havia se afastado para concorrer ao senado), sancionou a Lei nº 11.020/94, que autorizou o custeio até que a estadualização fosse efetivada. Inclusive, esse fato foi notícia na região, conforme pode ser verificado por registros da época (figura 1).

Figura 1 - Notícia veiculada na Imprensa



Fonte: Jocemar Roberto Madruga (acervo pessoal).

No entanto, Canterle (2011), destaca que a partir do ano seguinte, com a mudança de governo, a ajuda financeira escasseou e a estadualização ficou a cada dia mais distante, o que fez com que os segmentos da sociedade que defendiam essa causa (acadêmicos, professores, funcionários entre outros) tivessem que intensificar a luta pela estadualização, porém em um período que se fortalecia no Paraná as ideologias neoliberais, que em nome das privatizações buscavam enfraquecer a participação do Estado sobre os serviços públicos, inclusive na educação.

Como as políticas de bem-estar social foram seriamente atingidas a partir dos ideais neoliberais, as principais lideranças políticas da oposição, assim como segmentos empresariais e estudantis, procuraram resistir e, no mês de agosto de 1997, realizaram uma reunião, na qual saiu o nome do Dr. Deni Schwartz como interlocutor da causa da estadualização. A função do Dr. Deni era buscar apoio junto ao governador (já que tinham uma boa relação) para manter a gratuidade do ensino nos quatro cursos da Facibel.

Segundo o **Entrevistado B**, associado à liderança do Dr. Deni, estava o prefeito de Francisco Beltrão, Guiomar Lopes, que buscava forças para a estadualização, inclusive porque era de sua prefeitura que saíam os recursos para manter o ensino superior ofertado pela Facibel. E há de se mencionar que a partir dessas lideranças surgiram outras mobilizações, como fóruns de debates e discussões, todas com o objetivo de apresentar ao Governo uma proposta que atendesse a demanda da comunidade local, mas também que fosse viável ao Estado. Na figura 2, podemos verificar outra notícia, publicada no ano de 1995, sobre a luta da comunidade local, que estava à espera de uma resposta do governo estadual.

Figura 2 - Notícia veiculada na Imprensa.



Fonte: Jocemar Roberto Madruga (acervo pessoal).

De acordo com o relato do **Entrevistado D**, os objetivos que nortearam os debates, as reuniões e encontros realizados, eram: mostrar a difícil situação dos professores, principalmente a questão financeira; retratar a necessidade da solidariedade aos estudantes, já que eles tinham dificuldade para continuar a sua formação e, principalmente, evidenciar a necessidade de se ter acesso a uma educação de qualidade na região. Os **entrevistados B, C e D** lembram que muitas aulas aconteceram na praça central da cidade de Francisco Beltrão (no “calçadão”). A intenção era chamar a atenção da população. Inclusive, o **Entrevistado B** relata que algumas greves foram organizadas pelos próprios acadêmicos, afirmando que ninguém entrava e ninguém saía das

dependências da faculdade sem autorização dos acadêmicos. Era uma forma de chamar a atenção da sociedade e dos representantes políticos. As figuras 3 e 4 apresentam registros do *Jornal de Beltrão*, na época, sobre a greve dos acadêmicos do ano de 1995.

Figura 3 - Notícia veiculada na Imprensa.



Fonte: Jocemar Roberto Madruga (acervo pessoal).

Figura 4 - Notícia veiculada na Imprensa.



Fonte: Jocemar Roberto Madruga (acervo pessoal).

Canterle (2011), relata que a partir desses debates e movimentos, três propostas foram levantadas: 1 - A vinculação da Facibel a uma Universidade já consolidada, à Unioeste ou à Unicentro; 2 - A criação de uma Fundação Regional Comunitária e, 3 - A estadualização de forma isolada. Então, após a realização de longos debates em torno do assunto a comunidade acadêmica (bem como outros setores da sociedade) optaram pela primeira proposta levantada, isto é, pela vinculação da Facibel a uma Universidade já consolidada. Essa decisão foi tomada ao se entender que a vinculação a uma instituição já reconhecida encurtaria os trâmites “burocráticos”, pois muitas conquistas já estariam garantidas, tais como: a gratuidade do ensino; a possibilidade de realizar pesquisas e extensão (o que ainda estava em fase inicial na FACIBEL); e, por fim - e não menos importante, a possibilidade de melhorar o desenvolvimento regional, o que era de interesse de vários segmentos da sociedade local.

Para o **Entrevistado D**, a maioria dos acadêmicos envolvidos no movimento, naquela época, provavelmente nem tinha consciência sobre as melhorias que a estadualização da Facibel poderia trazer para a comunidade local; entendendo que naquele momento a intenção principal dos acadêmicos era buscar uma solução para seus próprios problemas. *“Foi dessa forma que as frentes pró Universidade iam tomando diferentes espaços de luta, apesar de que muitas vezes havia um “empurra-empurra”, ampliado pela ação de alguns líderes políticos locais daquela época”* (**Entrevistado D**). A figura 5 retrata um outro momento da luta pela estadualização da Facibel:

Figura 5 - Notícia veiculada na Imprensa.



Fonte: Jocemar Roberto Madruga (acervo pessoal).

Segundo Canderle (2011), em 28 de junho de 1996 o governador Jaime Lerner visitou a cidade de Francisco Beltrão. Ao ser questionado sobre a Facibel, ele afirmou publicamente que as lideranças locais deveriam escolher uma Universidade para se incorporar, enviar a documentação necessária à Curitiba que o governo assinaria. Naquele momento já havia um movimento da comunidade acadêmica (professores, alunos e funcionários) para refletir sobre as mudanças que ocorreriam na instituição. Inclusive, algumas das decisões foram tomadas em assembleia desse coletivo, que mobilizou também as autoridades e a sociedade local. No dia 09 de agosto de 1996, em reunião da Congregação (órgão máximo da Faculdade), houve o comunicado oficial que duas Universidades, Unicentro e Unioeste, manifestaram interesse em incorporar a Facibel. Naquele dia ocorreu uma votação, na qual a Unioeste saiu vencedora ao adquirir 23 votos (do total de 40), contra 15 votos pró Unicentro, havendo ainda duas abstenções.

Na pesquisa apresentada por Canderle (2011) um dos seus entrevistados foi o professor Carlos Maes, que destacou alguns fatores que justificariam a vinculação à Unioeste, tais como: a questão cultural, especialmente a origem da população da região; a economia regional baseada no setor primário, porém com potencialidade para expandir para o setor secundário (agroindústrias) e devido à a experiência da Unioeste na administração multicampus.

A nossa **Entrevistada A**, relembra que foi um momento que demandou muito debate entre os professores, quando foi colocado os prós e contras para a escolha de cada instituição, destacando que naquele momento a Univale havia saído da disputa, que então se concentrou entre a Unicentro e a Unioeste. Ela relatou que o que pesou na decisão pela Unioeste foram, basicamente, dois motivos: **1.** As semelhanças históricas, econômicas e sociais entre as regiões Sudoeste e Oeste paranaense, ou seja, questão de identidade; **2.** A Unioeste vinha expandindo suas atividades, o que traria vantagens principalmente por estar com um caminho bem delineado, tanto no ensino como na extensão e pesquisa.

As articulações políticas foram intensificadas, de modo que em 17 de dezembro de 1996 o Conselho Universitário da Unioeste aprovou a criação do campus de Francisco Beltrão, por meio da Resolução nº 022/96-COU, que orienta o processo de incorporação junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

Com isso definido, foi encaminhado um Projeto de Lei para à Assembleia Legislativa do Estado para autorização do executivo a instituir o campus de Francisco Beltrão na Unioeste, através da incorporação da Facibel, além de autorizar concurso público para a contratação de 76 professores de Ensino Superior e mais 53 cargos de Agentes Universitários para compor o quadro de pessoal Técnico-Administrativo do campus. Em 23 de julho de 1998 a Assembleia Legislativa aprovou a Lei Estadual nº 12.235, a qual finalmente incorporou a Faculdade de Ciências Humanas

de Francisco Beltrão à Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Inclusive, no mesmo dia da aprovação pela Assembleia Legislativa, o então Governador, Jaime Lerner, assinou no gabinete do prefeito de Francisco Beltrão, Guiomar Jesus Lopes, a lei que incorporou a Facibel à Unioeste. (J. de B., 1998, p.1).

A figura 6 retrata o acontecimento da assinatura de incorporação da Facibel à Unioeste, ocorrida em 1998:

Figura 6 - Notícia veiculada na Imprensa.



Fonte: Jornal de Beltrão de 24 de julho de 1998.

Mesmo depois da aprovação da Facibel, a luta continuou, pois haviam muitos problemas a serem solucionados, como destaca a publicação do *Jornal de Beltrão* de 30 de julho de 1998, na qual o Diretório Central de Estudantes (DCE) se mostrava preocupado com os 60 dias de atraso nos pagamentos dos salários dos servidores e 90 dias no caso dos professores: “Segundo o presidente do DCE, Mário Kulyk, os salários atrasados totalizam cerca de R\$ 400 mil.” (J. de B., 1998, p. 5). Com isso, no dia 24 de julho de 1998, em assembleia, a Associação dos Funcionários e Professores da Facibel aprovaram um sinal de alerta, estabelecendo que se até a data de 03 de agosto do mesmo ano não fosse efetuado os pagamentos, ocorreria paralisação das aulas.

Naquela ocasião o DCE decidiu buscar apoio dos prefeitos da região visando pressionar o governo estadual em relação ao pagamento dos salários, conforme haviam acordado no ano anterior, pois em 1997 ele tinha se comprometido em investir R\$ 1,5 milhão na manutenção da Facibel, enquanto que a Prefeitura de Beltrão investiria R\$ 1,5 milhão e a sociedade regional entraria com R\$ 400 mil em contrapartida. Esses recursos serviriam para a Facibel se manter e quitar suas dívidas (J. de B., 1998).

Como o pagamento não foi realizado, a partir de 03 de agosto de 1998 os professores e demais servidores da Facibel entram em greve (J. de B., 1998a). O diretor da Facibel na época era o professor Darci Baldo, o qual fez uma tentativa, durante a assembleia da categoria, de dar maior prazo para liberar a folha de pagamento e, com isso, evitar a greve. Segundo uma notícia do Jornal de Beltrão, publicada em 05 de agosto de 1998, o argumento do diretor era que havia um trâmite necessário para que esse pagamento fosse realizado e que acreditava que a própria Unioeste faria o pagamento, pois a incorporação já tinha ocorrido.

No entanto, a greve foi instaurada e, como não houve avanços nas negociações do pagamento em 20 de agosto daquele ano, os estudantes, em assembleia, aprovaram uma ação entre amigos (com sorteio de dois carros, uma moto e dois computadores) a fim de arrecadar cerca de R\$ 300 mil, os quais seriam empregados no auxílio do pagamento do 13º salário, salários de dezembro e das férias dos servidores e professores da Facibel (J.de B., 1998, p.4). Isso nos demonstra a proporção que a problemática havia alcançado àquela altura.

Outro fato, como os dias se passavam sem êxito nas negociações, em 27 de agosto de 1998 a comissão de greve, representada pelo professor Gilberto Martins e pelo presidente do DCE, Mário Kulyk, fecharam com correntes e cadeados as portas da Facibel; sendo que a partir das 13:29 horas daquela data ninguém deveria entrar e ninguém sairia da Facibel, inclusive as outras instituições que faziam uso compartilhado desse espaço, também estavam impedidas de usá-los.

A comissão de greve colocou cadeados nas duas portas de entrada da Facibel, auditório e da biblioteca para impedir o acesso das pessoas e montou uma barraca em frente ao prédio da Facibel. ‘O DCE está apoiando o movimento dos professores e funcionários que estão em greve devido à situação caótica que o governo deixou a Facibel’, afirmou o estudante Mário Kulyk, presidente do DCE. O líder estudantil disse não ser contra o governo, mas salientou que a incorporação da Facibel à Unioeste foi dada, “mas (eles) não deram o principal flúido, que é o recurso para que possa manter a Facibel funcionando”. Kulyk disse que o DCE não poderia deixar de apoiar a greve neste momento, “apesar que o DCE quer que as aulas retornem normalmente para que o ano letivo não possa ser prejudicado.” (J.DE B., 1998, p. 16).

A figura 7 retrata o momento em que os representantes do DCE e dos professores da Facibel fechavam as portas da instituição durante a greve de 1998.

Figura 7 - Notícia veiculada na Imprensa.



Fonte: Jornal de Beltrão de 28 de julho de 1998.

As aulas só voltariam no dia 08 de setembro de 1998, quando finalmente os salários que estavam atrasados foram pagos pelo governo estadual (J. de B., 1998b).

Após o ocorrido os passos legais foram seguidos, culminando que em 23 de junho de 1999 seria assinado pelo governador do Estado, Jaime Lerner, o Decreto nº 995, finalmente instituindo o 5º campus da Unioeste, que se localizaria em Francisco Beltrão. Então, a partir do ano de 2000 a Unioeste de Francisco Beltrão passou a atender em caráter emergencial, tendo como amparo legal o termo de cooperação financeira entre a Fundesbel, mantenedora da Facibel, e a Unioeste, com recursos financeiros repassados pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI). Sendo que em um primeiro momento os cargos de chefia do campus foram designados “pró-tempore” pela reitoria, mas que em seguida passaram a ocorrer eleições periódicas e realizadas democraticamente.

Segundo o depoimento do **Entrevistado E**, egresso do curso de Geografia da Unioeste – campus de Francisco Beltrão, o processo de estadualização da Facibel foi conflituoso. Ele afirma que foi aprovado no vestibular da Unioeste para iniciar o 1º ano do bacharelado de Geografia em 1999, mas quando começou o ano letivo os alunos foram informados que teriam que pagar mensalidades (pelo menos, parte da mensalidade), pois o processo de estadualização ainda não

estava formalmente consolidado. Ele nos informou que nos meses que antecederam a assinatura do governador para a estadualização os debates foram acalorados entre estudantes e professores do referido campus da Unioeste. No seu entendimento, os movimentos políticos e sociais da região Sudoeste paranaense contribuíram para forçar o governador Jaime Lerner a assinar (pesquisa de campo).

Segundo a **Entrevistada A**, a escolha da direção da Unioeste ocorreu no ano 2000 por indicação da reitoria, que permaneceu no cargo durante o referido ano, comandando o processo de transição. Todos os docentes que atuavam na Facibel continuaram suas atividades durante todo o ano de 2000, mesmo depois de estadualizada. Nesse mesmo ano foi aberto um concurso público para escolher novos professores, que viriam a assumir suas funções no início de 2001. A partir desse momento a nova direção seria escolhida pela comunidade acadêmica. Em tom de descontentamento e ironia essa entrevistada relata que: *“a Unioeste incorporou tudo, menos as pessoas”*. A fala dessa entrevistada está respaldada no fato de que o município de Francisco Beltrão doou todos os bens que pertenciam a Facibel para Unioeste. Segundo notícia publicada no Jornal de Beltrão, em 17 de agosto de 1998 (após à assinatura da Lei que incorporou a Facibel à Unioeste), depois de um longo debate ocorrido na Câmara de Vereadores de Francisco Beltrão foi aprovado um projeto encaminhado pelo Executivo Municipal, no qual ficou aprovado por unanimidade *“a doação de todo o patrimônio da Facibel à Unioeste.”* (J.de B., 1998, p. 14).

A **Entrevistada A** lamenta, pois no seu entendimento na atualidade a Universidade não estaria próxima da sociedade.

O **Entrevistado B** também acredita que a Universidade se distanciou do social e que precisaria investir mais no ensino, na extensão e na pesquisa (pontos que também foram destacados pelos **Entrevistados C e D**). No seu entendimento é preciso que as pesquisas e projetos não fiquem somente no *“mundo das ideias”*, mas que contribuam com a sociedade: *“é necessário sair das quatro paredes”*. Ao mesmo tempo, ele ressalta que o poder público precisa se aproximar da Universidade, no sentido de ter a visão técnica como suporte para se pensar nas políticas públicas. No seu entendimento, há uma *“lacuna muito grande”* entre a sociedade/poder público/universidade.

Há de se ressaltar que a estadualização da Facibel foi um marco para Francisco Beltrão. Conforme o **Entrevistado C**, foi um processo que contribuiu significativamente para o desenvolvimento da cidade, trazendo mudanças, desde nos aspectos físicos, bem como, nos econômicos e culturais. Já para o **Entrevistado B** a oportunidade de ter participado desse movimento foi uma experiência que possibilitou-lhe olhar mais atentamente para as questões sociais, tanto assim, que atualmente ele continua ligado aos movimentos sociais. O **Entrevistado**

C ponta como positiva sua experiência no movimento, afirmando que naquela época já estava vinculado à política local, pois exercia a função de vereador e, no seu entendimento, isso abriu possibilidades para que mais tarde, na função de prefeito do município, ele levantasse a bandeira por novos cursos para a Universidade, como o de Medicina que foi implantado no campus da Unioeste de Francisco Beltrão a partir de 2013.

Considerações finais

O desenvolvimento do pensamento científico exige uma análise complexa dos elementos que envolvem o objeto de estudo. Sendo assim, essa caminhada perpassa o contexto histórico. Neste sentido, ao retomarmos um pouco da história da Unioeste, nos mostrou que a sua concretização enquanto instituição pública se deu pela luta de vários segmentos da sociedade. Onde alguns processos foram um pouco mais rápidos, como foi o caso da estadualização do Campus de Foz do Iguaçu, Marechal Cândido do Rondon, Toledo e Cascavel. Já outros nem tanto, como foi o caso do Campus de Francisco Beltrão. Isso sendo reflexo principalmente das representações políticas de cada região.

Entendemos também, a partir desse estudo, que as contradições se fizeram presente principalmente quando ficou evidenciado que a sociedade local do Sudoeste precisou lutar pela Universidade, em um contexto que o governo do Estado estava contra as estadualizações do ensino. Ora, isso reflete a relação entre o local e o global, que Milton Santos descreve em sua obra (SANTOS, 1996). Como também foi possível identificar, conforme Santos (2000), a perversidade da globalização, nessa relação. Isso porque, a luta da sociedade local tomou a frente de um contexto de um modelo imposto pela globalização, modelo esse que influenciava fortemente o governo paranaense neste período, mas que advinham desde do final da década de 1980 e expandiu-se na década de 1990, que foi o modelo neoliberal.

O estudo mostrou também que a necessidade da sociedade, como o caso da educação, nem sempre, ou na maioria das vezes, não caminha com o interesse dos representantes políticos os quais são os responsáveis pela efetivação dessa demanda social. A educação no Brasil, sempre foi elitizada, ou seja, nunca foi interessante que ela esteja acessível a todos, como de fato deveria ser. Por isso, a morosidade de muitos dos representantes políticos na luta pela efetivação dessa política pública. Ficou evidente que as políticas públicas ou a ausências delas, refletem significativamente na educação como um todo, independentemente do nível de ensino que estamos nos referindo.

A região Sudoeste do Paraná, no que tange o Ensino Superior, passou por diferentes “fases”. Em um primeiro momento quando começa a dar seus primeiros passos houve a forte influência de organizações religiosas (principalmente da Igreja Católica). Na sequência, registra-se a falta de interesse do poder público em oportunizar e/ou possibilitar a ampliação e acessibilidade ao Ensino Superior. Por fim, estabeleceu-se a campanha dos diferentes segmentos da sociedade na busca por essa acessibilidade ao Ensino Superior às classes mais desfavorecidas. Ou seja, um processo muito moroso, mas que aos poucos vai se firmando, no sentido de ampliar a oferta e o acesso ao Ensino Superior Público.

Também, o diálogo com alguns dos protagonistas desse processo, no caso os entrevistados, nos evidenciou que mesmo com todas as dificuldades no processo de estadualização, o que exigiu anos de luta, não desistiram de acreditarem em uma Universidade Pública para a região Sudoeste. Criando uma expectativa de ver em uma Universidade uma instituição que possa a vir dar um retorno para sociedade, principalmente a local. A Universidade na visão da maioria deles, assume uma função muito importante de transformação social.

Por fim e não menos importante, tais apontamentos e observações realizadas no decorrer desse texto, servem de suporte para a continuidade a outros estudos que envolvem essa instituição de ensino, entendendo que a Unioeste tem como objetivo favorecer o desenvolvimento regional, desde a produção de conhecimento até as questões de ordem social, contribuindo especialmente com a sociedade regional.

Referências

BALBINOTTI, Vera L.; KUIAVA, José. Unioeste: da estadualização ao reconhecimento. **Revista Educere et Educare**, vol. 2 nº. 3, p. 111-122, jan./jun. 2007. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/659>>. Acesso em: 21 maio. 2022.

CANTERLE, Nilsa M. O Ensino Superior no Sudoeste do Paraná: origem e trajetória de transformação da FACIBEL. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, vol. 11(2), p. 153-173, 2011. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

JORNAL DE BELTRÃO. Câmara aprova a doação da Facibel à Unioeste. **Jornal de Beltrão**. Francisco Beltrão, p. 14, 27 ago. 1998.

_____. DCE busca apoio para pagamento dos salários. **Jornal de Beltrão**. Francisco Beltrão, p. 5-30, jul. 1998.

_____. Governador assinou: Facibel está incorporada à Unioeste. **Jornal de Beltrão**. Francisco Beltrão, p. 1, 24 jul. 1998.

_____. Aprovada ação entre amigos pela Facibel. **Jornal de Beltrão**. Francisco Beltrão, p. 4, 08 ago. 1998.

_____. Comissão de greve fecha as postar da Facibel. **Jornal de Beltrão**. Francisco Beltrão, p. 1-16, 28 ago. 1998.

_____. Professores e servidores da Facibel entram em greve para exigir pagamento de salários. **Jornal de Beltrão**. Francisco Beltrão, p. 8, 05 ago. 1998a.

_____. Professores da Facibel retornam às aulas dia 8. **Jornal de Beltrão**. Francisco Beltrão, p. 4, 05 set. 1998b.

LUPORINI, Teresa J. Ensino superior no Paraná: a memória da região sudoeste. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n°. 31, p. 52-66, set. 2008 Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5073/art05_31.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

ORSO, Paulino José. A universidade estadual do oeste do Paraná e seu contexto sócio-histórico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n°. 41, p. 231-240, mar. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639848/7411>>. Acesso em: 25 maio 2022.

PARANÁ. Parecer n°. 137/94. Reconhecimento da Universidade Estadual do Paraná – UNIOESTE. **Conselho Estadual de Educação**. Curitiba, 05 de agosto de 1994. Disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/arq/files/institucional/Parecer_137_94_compressed_compressed.pdf> Acesso em: 04 ago. 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SHEEN, Maria R. C. C. **O contexto da política de criação das universidades estaduais do Paraná**. Campinas, UNICAMP, 1986. 266p. (Dissertação, Mestrado em Educação).

Recebido em 02/04/23 aprovado em 20/07/23